

PROJETO DE PESQUISA INTEGRADA  
DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA PUC-RJ

Francisco José Calazans Falcon (\*)  
Margarida de Souza Neves  
Ilmar Rholoff de Mattos  
Antonio Edmilson M. Rodrigues

1. *TEMA GERAL* — Estudo das características histórico-sociais das instituições policiais brasileiras, militares e paramilitares, das suas origens até 1930.
2. *BREVE RESUMO*

O atual Projeto foi concebido a partir de uma perspectiva de âmbito nacional capaz de compreender, em etapas sucessivas, o estudo sistemático das instituições militares e paramilitares brasileiras, utilizando-se como referências *cronológicas* os períodos do *Império Brasileiro* (1822-1889) e da *República Velha* (1889-1930), e como referências *institucionais* o próprio nível político-jurídico em que se situam as instituições pesquisadas: a) nacional; b) provincial ou estadual; c) local — rural ou urbano.

O Projeto representa na realidade um PROGRAMA de dimensões muito amplas, suficientemente abrangentes para que se possa ter, ao final, um quadro rigoroso e preciso dos problemas a serem pesquisados. Por motivos metodológicos e técnicos prevê-se o desdobramento em vários *SUBPROGRAMAS* correspondentes a situações regionais: um para o Rio de Janeiro (*o primeiro*), outro para o Rio Grande do Sul (*o segundo*), e outros, em ordem ainda a ser fixada, para a Bahia, Pernambuco, Pará e Minas Gerais. Em cada um desses “subprogramas” está prevista a pesquisa e análise de *quatro tipos* de instituições, que tiveram um peso desigual na segurança social como um todo; são elas: a) a Guarda Nacional; b) os “Permanentes” (Corpo de Guardas Municipais Permanentes, origem das Polícias Militares); c) os “Urbanos” (origem da Guarda Civil); d) a “Força Policial” e outros que se caracterizam pelo âmbito de atuação prioritariamente rural.

---

(\*) Professores do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Com a evidente ressalva de que suas denominações variam muito no tempo e nem sempre há uma linha ininterrupta desde o período regencial até a República.

Preendeu-se também abrir a possibilidade de conexão com uma pesquisa e um estudo do setor judiciário propriamente dito, suas instituições e seu funcionamento, a ser levada a efeito pelo Departamento de Ciências Jurídicas da PUC.

### 3. DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS DO PROJETO

3.1 — Para efeito de realização da *primeira parte* do PROJETO global acima descrito, consideramos seu SUBPROGRAMA como constituindo um *Projeto autônomo*, prevista sua realização em dois anos, após o que viria a realização dos demais. Seria esse o "*Projeto Rio de Janeiro*", englobando as instituições policiais, militares e paramilitares, do antigo Município Neutro (depois Distrito Federal) e da antiga Província Fluminense (depois Estado do Rio de Janeiro). O estudo de cada uma dessas instituições deverá partir da pesquisa e levantamento arquivístico e bibliográfico de todos os dados disponíveis para a elaboração das histórias respectivas, a serem por sua vez inseridas num estudo mais geral, que analisará sua importância e significação históricas nos períodos imperial e republicano. Muito embora se trate ainda de aspectos cuja exata definição e relevância só poderão ser avaliadas pela equipe no decurso mesmo da pesquisa, julgamos ser possível adiantarmos, por ora, as *duas coordenadas* que deverão orientar os trabalhos: a) o estudo acurado da constituição e evolução das instituições policiais militares e paramilitares no Império e na República; b) a análise sistemática de sua inserção na sociedade civil e na sociedade política.

*No primeiro caso* far-se-á o estudo de sua criação e organização e, a seguir, do seu funcionamento.

3.1.1 — Quanto à *Criação e Organização* destacar-se-iam: a) os fins da instituição e seus regulamentos; b) sua estrutura (unidades que a compõem e suas articulações); c) sua hierarquia (graus, sistema de promoção, sistema de exclusão); d) seu recrutamento (quem é recrutado, de onde vem, como vem, o que pretende); e) sua remuneração (níveis de vencimentos, gratificações, prêmios, etc.); f) a formação de quadros (quem são os oficiais, qual a sua formação, sistemática ou assistemática; existência

de escolas ou academias); g) relações formais com as forças de 1.<sup>a</sup> linha (exército).

3.1.2 — Quanto ao *funcionamento* dever-se-ia ressaltar: a) a atuação de rotina: objetivos, normas, métodos, os quartéis e a vida de caserna; b) a atuação não rotineira: tipos de situações que determinam sua aplicação; c) os recursos financeiros: as despesas orçamentárias, fontes geradoras dos recursos e participação relativa nos diversos orçamentos.

3.1.3 — No que toca à questão da *inserção dessas instituições* no quadro mais amplo da sociedade — a civil e a política —, pensamos que se poderia assim esboçá-la:

a) *relações com a sociedade civil:*

- fatores históricos que levaram à sua criação;
- formas efetivamente assumidas pela sua atuação, em função do seu verdadeiro caráter social;
- a visão de seus quadros a respeito de si mesmos e da sociedade;
- a visão da sociedade a respeito dessas instituições;
- a criminalidade: seus vários tipos e visões, a mentalidade do criminoso e a do policial;
- interesses patrimoniais, coronelismo, etc.;
- problemas da urbanização e da industrialização.

b) *relações com o Estado:*

- em termos políticos: os vários níveis do poder (executivo, presidentes de província e os governadores, os Ministérios da Justiça e da Guerra);
- em termos jurídicos: definição constitucional e legal; conexão com o sistema (ou poder judiciário).

Todo o estudo, finalmente, conforme explicitaremos no item respeitante à Metodologia, tentará responder a certas *indagações de base*, tais como, entre outras, as seguintes:

a) quais os fundamentos histórico-sociais que determinaram ou condicionaram o aparecimento, transformação e atuação das insti-

- tuições policiais, militares e paramilitares, na sociedade brasileira?
- b) em se tratando de policiamento e repressão, bem como de segurança, que relações existem entre tais instituições e os interesses e forças do restante da sociedade e do Estado? Até que ponto será válido empregar-se como referencial cronológico a distinção entre Império e República?
  - c) talvez não seja exagero afirmarmos que esta pesquisa está inscrita no próprio processo jurídico-político de constituição do aparelho estatal, em função direta da formação do estado como realidade de características "nacionais". Nesse caso, a posição relativa das forças policiais deverá ser sistematicamente ligada à sua importância, ora maior ora menor, no decorrer das sucessivas fases de centralização e descentralização.

### 3.2 — POSICIONAMENTO DO PROJETO E POSSÍVEL USO DOS RESULTADOS

O Projeto que estamos preparando está localizado na *área da Tecnologia aplicada ao desenvolvimento regional e social*. Pretendemos com ele propor não só uma reformulação em algumas posições teóricas definidas, como também um aprofundamento dos estudos que começam a ser agora desenvolvidos ligados à área da História Social e das Mentalidades.

Sua importância poderá ser percebida, concretamente, através da visualização do quadro de referência teórica que pretendemos elaborar. Este quadro, que ultrapassa a análise pura e simples do tema estabelecido, pretende contribuir positivamente para o desenvolvimento do quadro teórico e do instrumental técnico que poderá atender, de maneira mais completa, à realização de amplos estudos da sociedade brasileira.

O tipo de análise proposto em nosso Projeto possibilita uma visão mais ampla dos problemas de organização da sociedade brasileira e postula uma relação íntima com as outras disciplinas da área de Ciências Humanas, na medida em que não se limita a analisar apenas o fato e sua correlação histórica, mas ampliar seus relacionamentos com a área jurídica e a área política. Este relacionamento determina a elaboração de uma síntese muito mais completa e tecnicamente muito mais correta.

Além disso poderíamos indicar, com relação aos resultados, a possibilidade de uma verificação concreta do quadro

que deu origem aos desequilíbrios regionais e que acentuou uma distribuição de população e de renda irregulares. Através do estudo das categorias de centralização e descentralização e de sua formulação ao nível jurídico-administrativo, assim como dos resultados da análise desses procedimentos no século XIX e nos primeiros trinta anos do século XX, poderíamos obter informações válidas para uma avaliação concreta daqueles desequilíbrios e dos obstáculos a uma política de centralização.

Além disso, como nosso projeto relaciona áreas que se distribuem pelas diversas regiões brasileiras, os resultados do trabalho apresentariam um *quadro de referência* para o estudo de tais desequilíbrios, acentuando talvez, como hipótese, a sua incidência em áreas em que o poder local fosse mais marcante.

O outro *uso que poderia ser feito dos resultados* estaria relacionado ao caráter conservador derivado dos conflitos entre centralização e descentralização e a possibilidade de medir até que ponto esse caráter conservador influencia, como obstáculo, a concretização de mudanças ou modernização de certas áreas. Seria uma oportunidade de, através da definição do perfil cultural e ideológico da região, chegar a uma avaliação do que na verdade está sendo proposto quanto a modificações. Esse caráter conservador poderá contribuir para orientar o que deve ser proposto em termos de política de desenvolvimento para essas áreas.

#### 4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Uma rápida revisão da bibliografia existente coloca de manifesto a *novidade* do tema, tal como é proposto no presente plano, principalmente em relação ao *enfoque* e *alcance* da pesquisa.

As obras de caráter geral praticamente não tratam o tema ou o fazem de modo sumário e fundamentalmente descritivo.

É o caso do tratamento dado às instituições policiais, militares e paramilitares, nos capítulos da *História Geral da Civilização Brasileira* (BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio (ed.)). São Paulo, Difel, 1964 a 1972) que analisam o período coberto pela pesquisa <sup>(1)</sup>.

(1) Cf. SIMÕES DE PAULA, Eurípedes — “A organização do Exército brasileiro”. IN: BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio (ed.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1976, § (4.ª edição). Tomo II — Volume 1.º — p. 265 ss; SCHULZ, John — “O exército e o império” e BERRANCE DE CASTRO, Jeanne — “A Guarda Nacional”. IN: BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio (ed.). *História Geral da Civilização Brasileira*. SP, Difel, 1971. Tomo II — volume 4.º — pp. 235 ss e 274 ss.

As novas tendências historiográficas demonstram as possibilidades que o tratamento do tema, em conexão com a *História Social*, abre para a análise e compreensão da estrutura social e para a *História das Mentalidades*, um capítulo praticamente inexplorado da historiografia brasileira.

Faz-se necessário, portanto, preencher o vazio que a historiografia clássica apresenta em relação ao tema proposto, bem como buscar os caminhos de um tratamento especificamente histórico da questão, que integre os aspectos locais no âmbito nacional e sobretudo interprete, com o instrumental e o método específicos do historiador, o significado histórico destas instituições.

Na realidade, existe um interesse recente em torno do tema. As publicações de Jeanne BERRANCE DE CASTRO (2), Heloísa RODRIGUES FERNANDES (3), Edmundo CAMPOS COELHO e Fernando UIRICOECHEA (4), bem como estudos em curso (5) são índices significativos deste interesse e da atualidade do tema.

A abordagem dada às instituições de segurança social nas duas primeiras obras citadas é, no entanto, limitada a uma perspectiva local, ou seja, à análise da estrutura e atuação das corporações policiais em São Paulo.

Os trabalhos de Edmundo CAMPOS COELHO e Fernando UIRICOECHEA, ainda que de alcance nacional, posto que têm como objetivo principal o estudo das formas assumidas pelo Estado através do tempo, consideram as instituições de segurança, em geral, e a política, em particular, apenas enquanto estas aparecem como indicadores da situação política nacional e/ou como instrumental de análise.

## 5. CLASSIFICAÇÃO DA BIBLIOGRAFIA E FONTES A SEREM ANALISADAS

Os critérios para a classificação das bibliografias e das fontes utilizadas para a pesquisa obedecem aos seguintes itens:

- 
- (2) BERRANCE DE CASTRO, Jeanne — *A milícia cidadã: a guarda nacional de 1832 a 1850*. SP, Companhia Editora Nacional, 1977.
  - (3) RODRIGUES FERNANDES, Heloísa — *Política e Segurança*. SP, ed. Alfa-Omega, 1974.
  - (4) CAMPOS COELHO, Edmundo — *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade Brasileira*. RJ, Forense, 1976; UIRICOECHEA, Fernando — "O Estado Brasileiro Moderno: das Máximas Patrimoniais aos Princípios Burocráticos". In: *Dados*. Rio, IUPERJ, 1977, n.º 15, fls. 61 e segs.
  - (5) MORTON FRANCISCO W.O. — *Estudos sobre as Instituições Militares no Brasil — 1800-1840*. UFF (pesquisa em andamento).

## 5.1 — *Bibliografia*

### 5.1.1 — Guias bibliográficos

### 5.1.2 — Obras gerais sobre o período

#### 5.1.2.1 — Grandes coleções

#### 5.1.2.2 — Estudos globais por áreas ou por épocas.

### 5.1.3 — Obras específicas

## 5.2 — *Fontes*

### 5.2.1 — Fontes manuscritas

#### 5.2.1.1 — correspondência: entre os presidentes de Províncias e/ou Governadores e os Comandantes; entre os Comandantes e a Secretaria de Justiça e Segurança Pública; entre os Chefes de Polícia e o Ministério da Justiça, etc.

#### 5.2.1.2 — relatório e depoimentos: dos Presidentes de Províncias ou Governadores; dos Comandantes das diversas corporações; dos Chefes de Polícia, etc.

#### 5.2.1.3 — registros policiais.

#### 5.2.1.4 — atas do Clube Militar.

### 5.2.2 — Fontes impressas:

#### 5.2.2.1 — Fontes oficiais

##### 5.2.2.1.1 — textos legislativos fundamentais: Constituição Política do Império do Brasil — 25-03-1824; Ato Adicional à Constituição Política do Império — 12-08-1834; Lei interpretativa — 12-05-1840; Constituição da República Federativa do Brasil — 24-02-1891; Constituição dos Estados da Federação — 1891 e seguintes.

- 5.2.2.1.2 — Anais: do Parlamento Brasileiro; da Assembléa Legislativa — provinciais e estaduais; das Câmaras Municipais; da Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Império e da República; da Assembléa Geral Legislativa (relatórios da repartição dos Negócios da Justiça) .
- 5.2.2.1.3 — Diário Oficial (que passa a ter este nome em 1862). Anteriormente, a mesma publicação teve os seguintes nomes: Diário do Governo; Correio Oficial; Gazeta Oficial do Império do Brasil.
- 5.2.2.1.4 — Coleções de leis e decretos do Império e da República.

5.2.3 — Publicações periódicas

- 5.2.3.1 — Jornais
- 5.2.3.2 — Revistas
- 5.2.3.3 — Almanques

5.2.4 — Fontes não-oficiais

- 5.2.4.1 — Publicística
- 5.2.4.2 — Ensaios
- 5.2.4.3 — Memórias
- 5.2.4.4 — Crônicas
- 5.2.4.5 — Obras literárias

6. INDICAÇÃO DOS ARQUIVOS E BIBLIOTECAS

6.1 — *Arquivos*

- 6.1.1 — Nacional
- 6.1.2 — Público do Estado do Rio de Janeiro
- 6.1.3 — Público Municipal do Rio de Janeiro

- 6.1.4 — Público Municipal do Estado do Rio de Janeiro
- 6.1.5 — Imperial de Petrópolis
- 6.1.6 — do Museu da República
- 6.1.7 — Histórico do Itamarati
- 6.1.8 — do Museu Histórico Nacional

## 6.2 — Bibliotecas

- 6.2.1 — Nacional do Rio de Janeiro
- 6.2.2 — Municipal do Rio de Janeiro
- 6.2.3 — do Ministério da Guerra
- 6.2.4 — do Ministério da Justiça
- 6.2.5 — do Ministério da Fazenda
- 6.2.6 — do Ministério das Relações Exteriores
- 6.2.7 — da Escola Superior de Guerra
- 6.2.8 — do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
- 6.2.9 — do Museu Nacional
- 6.2.10 — do Real Gabinete Português de Leitura
- 6.2.11 — da Fundação Casa de Rui Barbosa
- 6.2.12 — da Fundação Getúlio Vargas
- 6.2.13 — do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro

## 7. METODOLOGIA

### 7.1 — Hipótese de trabalho

Ao buscar conhecer as instituições de segurança social, de cunho policial, militar e paramilitar, no interior do Estado brasileiro no decorrer de um século, o presente trabalho se aproximará de outros recentemente elaborados<sup>(6)</sup>, como já foi dito. Não obstante, é possível distinguir alguns pontos, ao menos como pressupostos para a elaboração da pesquisa.

Embora reconhecamos como ponto privilegiado no pensamento político brasileiro a oposição entre centralização e descentralização política, da Independência a esta parte e que — em maior ou menor medida — colocam a temática da relação entre Estado e Sociedade, preferimos tomar como elemento de referência central o conceito de autoritarismo, procurando avançar além daquelas categorias que se postulam absolutas e contraditórias (descentralização = poder privado  $\times$  centralização = autoritarismo estatal) e, assim,

(6) Cf. p. 266.

perceber as ligações reais entre os dois fenômenos. Entendido como “representação da dominação geral e institucionalização de um sistema de repressão da força de trabalho”, o autoritarismo manifestar-se-ia, então, sob as formas centralizada e descentralizada, surgindo como a referência última no conjunto da sociedade brasileira, para o conhecimento daquelas instituições de segurança social.

Por outro lado, deve ser enfatizada também a amplitude da abordagem. Não se procurará conhecer este ou aquele setor de uma determinada instituição, pois é seu conjunto que assegura o controle social em espaços e tempos determinados. Buscar-se-á, assim, entender os modos de articulação entre aquelas instituições, as áreas específicas de atuação de cada uma delas, seus pontos de intersecção e conflitos — expressões, numa certa medida, das formas particulares de autoritarismo, e que se manifestam na produção de formas de pensamento “civilistas” e “militaristas”. A hegemonia de uma ou de outra, assim como o predomínio de organizações militares ou paramilitares em determinada época, não implicam, necessária e mecanicamente, o fortalecimento ou o enfraquecimento do aparelho estatal, como a História concreta o demonstra e a pesquisa de tais instituições procurará elucidar (cf. em meados do século passado, autoritarismo descentralizado — hegemonia de organizações militares — organização político-administrativa imperial fortemente centralizadas).

Ademais, será procurando escapar às explicações que buscam vincular tais instituições, algo mecanicamente, a determinados setores ou segmentos da sociedade, quer como elementos que atuam comandados pelos interesses de grupos sociais, quer como agentes “fantasmas” da ideologia de uma camada social específica, que orientaremos a pesquisa para a elucidação dos aspectos organizacionais, quais sejam, a estrutura interna, o tamanho e a localização geográfica, os processos de recrutamento, as formas de treinamento, as ideologias corporativas. É bem verdade que se tais aspectos poderão ser “melhor” ou “mais facilmente verificados” no que diz respeito às organizações militares e policiais, por seu caráter de regularidade, o trabalho com as organizações paramilitares, porém, possibilitará a compreensão dos nexos mais íntimos com o Estado (cf. Guarda Nacional e Sistema Eleitoral, sob o Império), desvendando assim o grau de autonomia deste em relação aos grupos dominantes no conjunto da sociedade.

Em síntese:

- 7.1.1 — Tentaremos demonstrar que existe uma relação, que pode ser estabelecida entre aquilo que denominamos “autoritarismo centralizado” e “autoritarismo descentralizado”, ou seja, que tanto as tendências centralizadoras como as de descentralização, são sustentadas por um tipo específico de autoritarismo que poderá ser percebido quando observamos o relacionamento das instituições policiais militares e paramilitares e as estruturas de poder (local e nacional).
- 7.1.2 — A sociedade política ao se organizar no Brasil revelaria muito do que representou o conflito entre o poder local e o poder nacional. A própria configuração do Estado Nacional no Brasil demonstra a existência do relacionamento entre a formação desses esquemas institucionais e a da sociedade política. O estudo das instituições policiais, militares e paramilitares, permitiria perceber de que forma se estabelece o controle dessas instituições e seu uso com relação à sociedade civil, demonstrando de que maneira esse uso representa uma acentuação das estruturas de poder (local e nacional).
- 7.1.3 — Esses conflitos possibilitam o desenvolvimento de uma ideologia civilista oposta ao desenvolvimento de uma ideologia militarista. Como essas ideologias estão colocadas com relação ao poder local e nacional?
- 7.1.4 — Em todos os níveis (local, regional e nacional) existiria um interesse em desenvolver a idéia de segurança social, de maneira que essa idéia funcionasse como elemento de legitimação de um uso específico das instituições policiais militares e paramilitares.
- 7.1.5 — A ação preventiva e aquela propriamente de ordem repressiva das instituições policiais, militares e paramilitares, resultaria do relacionamento das instituições em estudo com os grupos de interesses locais, regionais e nacionais. Assim, o compromisso de ação das instituições estaria definido e delimitado pelos interesses do poder e/ou do poder nacional.

## 7.2 — Métodos

Utilizaremos como base de nossa pesquisa o *método histórico* e nossos procedimentos serão os seguintes:

- 7.2.1 — realizaremos, em uma primeira etapa, um *levantamento exaustivo* das fontes a partir do quadro teórico de referência já exposto em itens anteriores.
- 7.2.2 — nosso segundo passo será um *trabalho de crítica* sistemática das fontes, através da busca do seu grau de pertinência com relação à problemática exposta.
- 7.2.3 — a seguir, faremos a *interpretação dos dados* recolhidos nas fontes, através de uma discussão a partir dos critérios de trabalho propostos.
- 7.2.4 — dando prosseguimento, realizaremos a elaboração de *estudos parciais*, de caráter descritivo e interpretativo sobre *cada uma* das instituições propostas para análise.
- 7.2.5 — cuidaremos, nesta etapa, da elaboração de um quadro geral em que possam ser definidas as primeiras explicações sobre a natureza e/ou funcionamento das diversas instituições estudadas e a *avaliação* dos resultados em relação à sociedade global, além da identificação das ideologias particulares, das formas de pensamento, e das visões de mundo, dedutíveis a partir dos respectivos discursos.
- 7.2.6 — para terminar, elaboraremos *monografias* sobre aspectos parciais a partir do quadro referencial teórico geral acima descrito, de tal maneira que a contribuição da pesquisa seja válida em termos de *aprofundamento* das questões e discussões relativas à História Social e das Mentalidades.

## 8. CRONOGRAMA

O prazo definido para a realização do “*Projeto do Rio de Janeiro*” é de 24 meses e estaria assim distribuído:

- 8.1 — janeiro de 1978: organização de equipes e distribuição de funções; início do procedimento de levantamento de fontes.

- 8.2 — fevereiro de 1978: levantamento de fontes e organização de arquivos.
- 8.3 — março de 1978: levantamento de fontes; organização de arquivos; catalogação de fontes; início do trabalho de fichamento da cronologia.
- 8.4 — abril de 1978: trabalho de fichamento da cronologia; elaboração da periodização; divisão das fontes catalogadas por assuntos e importância.
- 8.5 — maio de 1978: fichamento do trabalho de levantamento de fontes; produção de uma monografia relativa ao trabalho de levantamento de fontes; início do processo de discussão e crítica das fontes.
- 8.6 — junho de 1978: início do processo de redação da monografia relativa ao trabalho de crítica das fontes; trabalho de organização dos dados referentes a cada uma das instituições.
- 8.7 — julho de 1978: *término da monografia* relativa ao trabalho de crítica das fontes; continuação da organização dos dados referentes a cada instituição.
- 8.8 — agosto de 1978: início do trabalho de interpretação de dados e elaboração do quadro geral de referência.
- 8.9 — setembro de 1978: continuação do trabalho de interpretação de dados por instituição.
- 8.10 — outubro de 1978: *elaboração do 1.º estudo parcial*; redação da monografia correspondente ao 1.º estudo.
- 8.11 — novembro de 1978: 2.º estudo e monografia.
- 8.12 — dezembro de 1978: 3.º estudo e monografia.
- 8.13 — janeiro de 1979: 4.º estudo e monografia.
- 8.14 — fevereiro de 1979: 5.º estudo e monografia.
- 8.15 — março de 1979: 6.º estudo e monografia.
- 8.16 — abril de 1979: 7.º estudo e monografia.
- 8.17 — maio de 1979: 8.º estudo e monografia.
- 8.18 — junho de 1979: 9.º estudo e monografia.
- 8.19 — julho de 1979: 10.º estudo e monografia.
- 8.20 — agosto de 1979: elaboração do *quadro geral* relativo às primeiras linhas explicativas sobre a natureza e o funcionamento das instituições e sua relação com a História Social e das Mentalidades.

- 8.21 — setembro de 1979: continuação da montagem do quadro geral.
- 8.22 — outubro de 1979: redação da *monografia final do Projeto*.
- 8.23 — novembro de 1979: continuação da redação.
- 8.24 — dezembro de 1979: término da pesquisa e *apresentação dos resultados*.

## 9. ESTIMATIVA DE CUSTOS

- 9.1 — custo total: Cr\$ 8.424.320,00
- 9.2 — custo parcial (primeiros 12 meses): Cr\$ 4.794.320,00
- 9.3 — custo parcial (últimos 12 meses): Cr\$ 3.630.000,00
- 9.4 — especificação de custos nos primeiros 12 meses:
  - 9.4.1 — pessoal: Cr\$ 2.481.584,00
    - científico: Cr\$ 1.452.848,00
    - técnico: Cr\$ 692.736,00
    - administrativo: Cr\$ 336.000,00
  - 9.4.2 — material de consumo: Cr\$ 440.000,00
  - 9.4.3 — serviços de terceiros/rem. serv. pessoais/outras ser-  
viços: Cr\$ 732.736,00
  - 9.4.4 — encargos diversos: Cr\$ 170.000,00
  - 9.4.5 — obras públicas: Cr\$ 50.000,00
  - 9.4.6 — equipamentos e instalações: Cr\$ 320.000,00
  - 9.4.7 — material permanente: Cr\$ 600.000,00

## 10. RECURSOS HUMANOS

### 10.1 — *Pessoal Científico:*

- Coordenador — Prof. Francisco José Calazans Falcon, Livre-Docente pela UFF, Professor Associado da PUC/RJ.
- Sub-coordenador — Profa. Margarida de Souza Neves, Doutor pela Universidade Complutense — Madrid, Professora Assistente da PUC/RJ.
- Sub-coordenador — Prof. Ilmar Rholoff de Mattos, Doutorando na USP (ABD), Professor Associado na PUC/RJ.

Sub-coordenador — Prof. Antonio Edmilson Martins Rodrigues, Doutoramento em História na USP (ABD), Mestre em Ciências Políticas pela IUPERJ (ABD), Professor Auxiliar da PUC/RJ.

10.2 — *Pessoal Técnico:*

- Profa. Nancy Priscilla Naro, M. A. on Arts pela Universidade de Chicago, Professora Agregada da PUC/RJ.
- Prof. José Luiz Werneck da Silva, Mestre em História — UFF (ABD), Professor Agregado da PUC/RJ.
- Profa. Berenice Cavalcante Brandão, Doutoramento em História na USP (ABD), Mestre em História — UFF, Professora Agregada da PUC/RJ.
- Prof. Afonso Carlos Marques dos Santos, Professor da PUC/RJ.
- Profa. Gizlene Neder, Mestre em Ciências Políticas — IUPERJ (ABD), Professora Auxiliar da PUC/RJ.